



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

1 CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 07 de
2 agosto de 2018, no Auditório da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e
3 Habitação (SST), localizada na Avenida Mauro Ramos, 722. Centro.
4 Florianópolis/Santa Catarina foi realizada a 7ª Reunião Plenária Ordinária do
5 CEDIM/SC, do referido ano, sob a coordenação da Conselheira e Presidenta do
6 CEDIM/SC, Sheila Sabag, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos
7 Sexuais e Direitos Reprodutivos. A 7ª Reunião Plenária Ordinária contou com a
8 presença das Conselheiras Titulares e Suplentes, representantes das Organizações
9 Governamentais: Conselheira Suplente Delci Salete Schienemeier, representante da
10 Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP); e Conselheira Titular, Ariane Emí
11 Nakamura, representante da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte
12 (SOL). Participou também, as Conselheiras Titulares e Suplentes representantes das
13 Organizações Não Governamentais: Conselheira Titular Eva Santos da Rosa,
14 representante da Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC); Conselheira
15 Titular Carmem V. G. Ramos e Conselheira Suplente, Morgani Guzzo, ambas
16 representantes do Instituto de Estudos de Gênero (IEG); Conselheira Titular Ana Maria
17 Sokacheski, representante da Casa da Mulher Catarina; Conselheira Suplente Daniele
18 Soares Almeida, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
19 Estado de Santa Catarina (FETAESC); Conselheira Titular Raquel Felau Guisoni,
20 representante da União Brasileira de Mulheres (UBM); e Conselheira Titular Myriam
21 Aldana Vargas Santin, representante da Universidade Comunitária da Região de
22 Chapecó (Unochapecó). Participaram ainda, as conselheiras eleitas para compor o
23 CEDIM/SC no mandato 2018-2020: Heloise Violene Guil Suda, representante da
24 Secretaria de Estado da Administração (SEA); Fernanda Cavalli Schmitt e Gisele de
25 Souza Mori, representantes da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e
26 Sustentável (SDS); Juliana Zini, representante da Secretaria de Estado do Planejamento
27 (SPG); Ângela Cristina Pelicioli e Juliana Ribeiro Goulart, representante da
28 Procuradoria Geral do Estado (PGE); Sueli Silvia Adriano, representante da Central
29 Única dos Trabalhadores (CUT); Paula Helena Lopes, representante do Conselho
30 Regional de Psicologia (CRP-12ª Região); Edna Aparecida Deucher, representante da



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

31 Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina
32 (FETRAF-SC); Janyne Satller, representante do IEG; Tatiane Marisa de Souto
33 representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Rosaura de Oliveira
34 Rodrigues representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e
35 Direitos Reprodutivos; e Mariana Franco Fuckner representante da UBM. A 7ª Reunião
36 Plenária Ordinária – ano 2018, contou ainda com a participação de Fabiana de Souza,
37 Secretária Executiva do CEDIM/SC e Schirlei A. Ribeiro, representante do Movimento
38 de Mulheres Trabalhadoras Urbanas (MMTU). Justificaram ausência: Conselheira
39 Titular Maria Simone Pan e Conselheira Suplente Carmem Regina Delziovo, ambas
40 representantes da Secretaria de Estado da Saúde (SES); Conselheira Titular Flávia de
41 Mattos Motta e Conselheira Suplente Gláucia de Oliveira Assis, ambas representantes
42 da Universidade do Estado de Santa Catarina – Laboratório de Relações de Gênero e
43 Família (LABGEF-UDESC); e Conselheira Titular Juliana Terezinha Martins,
44 representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
45 (SST). A 7ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2018 teve a seguinte
46 pauta: 1. Levantamento do Quorum; 2. Aprovação da Ata da 6ª Reunião Plenária
47 Ordinária – Ano 2018, realizada em 03 de julho; 3. Apresentação do Relatório da
48 Gestão 2016-2018; 4. Projeto “Campanha Permanente Unidades Móveis: Mulheres e
49 Cidadania”; 5. Convites: deliberação para participação em atividades externas
50 representando o CEDIM/SC; 6. Denúncias recebidas: deliberações; 7. Informes Gerais;
51 8. Encerramento. A 7ª Reunião Plenária Ordinária do ano de 2018 teve início às 14h.
52 Sheila saudou todas as participantes e verificou que havia quórum para as deliberações
53 necessárias. A presidenta complementou que o quórum mínimo para as deliberações é
54 de 1/3 das representantes, sendo necessário, portanto, a presença e participação de oito
55 conselheiras. Informou que enquanto não houver a nomeação e posse das conselheiras
56 eleitas para o mandato 2018-2020, o CEDIM/SC estaria sendo conduzido pela Gestão
57 2016-2018, mas que em todas as atividades as conselheiras eleitas seriam convidadas
58 para que fossem conhecendo a dinâmica das plenárias do CEDIM/SC. Sheila fez a
59 apresentação dos itens que compunham a ordem do dia e posteriormente, atendendo a
60 solicitação de Carmem Ramos, pediu para que todas as participantes se apresentassem,



61 referendando também a entidade que estava representando. Após as apresentações,
62 Sheila deu continuidade a ordem do dia: **Aprovação da Ata da 6ª Reunião Plenária**
63 **Ordinária – Ano 2018, realizada em 03 de julho**, perguntando se todas as
64 conselheiras haviam feito a leitura prévia da referida Ata que havia sido encaminhada
65 por e-mail e, se haviam considerações ou alterações que precisariam ser pontuada no
66 documento. Como não houve considerações, a ata foi colocada em aprovação, sendo
67 aprovada sem ressalvas. Sheila informou que todas as atas estão disponíveis para
68 consulta no CEDIM/SC e também na página do Conselho no site da SST. Após a
69 aprovação da Ata da 6ª Reunião Plenária Ordinária – ano 2018, a Presidenta do
70 CEDIM/SC deu sequência a ordem do dia, elucidando que foi elaborado pela Secretaria
71 Executiva do CEDIM/SC o Relatório da Gestão 2016-2018, o qual havia sido impresso
72 para registro e pesquisa e também seria apresentado por Fabiana na referida plenária.
73 Sheila pediu a Fabiana que iniciasse então a **Apresentação do Relatório da Gestão**
74 **2016-2018**. Fabiana iniciou contextualizando que o relatório continha os dados
75 compilados das ações e atividades desenvolvidas pelo CEDIM/SC conforme o
76 Planejamento do Biênio 2016-2018. Desta forma, utilizando o *data show*, Fabiana fez a
77 apresentação dos seguintes itens constantes no relatório: 1) Estrutura Organizacional do
78 CEDIM/SC:a) o número de plenárias ordinárias e extraordinárias realizadas no período
79 compreendido entre setembro de 2016 e agosto de 2018, as quais se totalizaram em 22
80 plenárias ordinárias e 02 plenárias extraordinárias; b) as comissões temáticas que
81 inicialmente se fizeram num total de três: Legislação, Normas e Orçamentos; Plano
82 Estadual de Políticas para as Mulheres e Comunicação, sendo constituída no início do
83 ano de 2018, a quarta comissão temática, denominada Enfrentamento à Violência
84 Contra as Mulheres que teve como objetivo inicial atender a necessidade do Conselho na
85 elaboração de uma proposta do Pacto Estadual Maria da Penha. Sheila complementou
86 que as comissões temáticas se reuniam mensalmente no mesmo dia das plenárias
87 ordinárias do CEDIM/SC em período das 13h30 às 15h e que das 15h às 18h eram
88 realizadas as plenárias. Fabiana falou que quando necessário, as comissões se reuniam
89 em datas e períodos combinados previamente. 2) Propostas da 4ª Conferência Estadual
90 De Políticas Para As Mulheres: Fabiana falou que as propostas da 4ª Conferência



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

91 Estadual de Políticas para as Mulheres realizada em fevereiro de 2016 foram embasadas
92 nos eixos Eixo I - Contribuição dos Conselhos dos direitos da mulher e movimentos
93 feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para
94 as mulheres em sua diversidade e especificidades; Eixo II - Estruturas institucionais e
95 políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e
96 federal: avanços e desafios; Eixo III - Sistema Político com participação das Mulheres e
97 igualdade: recomendações e Eixo IV- Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres.
98 As propostas foram encaminhadas ao poder executivo estadual e também a comissão
99 organizadora da 4ª Conferencia Nacional de Políticas para as Mulheres. 3) Plano
100 Estadual de Políticas para as Mulheres: Fabiana falou que na 7ª Reunião Plenária
101 Ordinária do CEDIM /SC do ano de 2017, realizada em 08 de agosto, foi deliberado
102 pela criação de uma Comissão Intersetorial e pela execução de algumas ações tais
103 como: a) a continuidade do levantamento das propostas das quatro conferências
104 estaduais de políticas para as mulheres correlacionando-as com os 10 eixos do Plano
105 Nacional de Políticas para as Mulheres (atividade realizada pelos grupos de trabalho da
106 Comissão Temática do PEPM); b) CEM/SC e CEDIM/SC fariam uma sensibilização às
107 instituições (secretarias estaduais, sistema de justiça e sociedade civil) previamente ao
108 convite oficial para composição da comissão de intersetorial; c) o planejamento
109 elaborado pela Comissão Temática do PEPM seria adequado (de acordo com o
110 levantamento descrito no item “a”) sendo então concomitantemente criada a comissão
111 intersetorial que daria início ao levantamento dos dados em suas instituições; e d) após a
112 conclusão do levantamento de todos os dados e a elaboração de uma proposta de
113 trabalho, as instituições envolvidas assinariam um termo de cooperação técnica, sendo
114 esse entregue ao Estado junto a solicitação de formulação e implantação/implementação
115 do PEPM. Em plenárias posteriores, deliberou-se pela criação de uma comissão no
116 próprio Conselho para que se pensassem quais as instituições que seriam convidadas
117 para compor a comissão intersetorial e também discutir a metodologia de trabalho da
118 Comissão Intersetorial. A referida comissão reuniu-se por duas vezes, para elaboração
119 do esboço do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, entretanto, não houve
120 conclusão das atividades e encaminhamentos. Sheila complementou que o CEDIM/SC



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

121 tinha uma representação significativa tanto de entidades da sociedade civil, quanto das
122 instituições estaduais e que, portanto estava legitimado a propor um Plano Estadual de
123 Políticas para as Mulheres. Ana Maria falou que cabia ao conselho cobrar do poder
124 público estadual a implantação e implementação do Plano e que diante de tal exposição
125 foi criada uma pequena comissão do CEDIM/SC para elaboração do esboço. Raquel
126 falou que o desmonte da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM),
127 dificultou as ações dos conselhos estaduais, visto que tais conselhos não estavam sendo
128 respaldados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e pela SPM.
129 Sheila reiterou que o CNDM e a SPM não estavam atuando efetivamente e que era
130 significativo o desmonte e o retrocesso. E que, portanto, o CEDIM/SC teria que
131 reivindicar e propor as políticas para as mulheres em Santa Catarina, referendando
132 assim, as proposições encaminhadas concretamente pelo Conselho, como por exemplo:
133 a elaboração do Pacto Estadual Maria da Penha e a Lei Estadual 16.945 de 08 de junho
134 de 2016, que tornou o conselho deliberativo e consultivo. Rosaura referendou que as
135 conferências de políticas para as mulheres seriam a base para as ações do CEDIM/SC,
136 visto que permitiam conhecer as proposições dos municípios, permitindo conferir as
137 ações desenvolvidas pelo poder público no trato a política para as mulheres. Carmem
138 sugeriu que o CEDIM/SC se reunisse com as candidatas ao pleito 2018 para propor e
139 conhecer as propostas de todas as candidatas. Ana Maria sugeriu que o CEDIM/SC
140 promovesse esse debate junto às candidatas. Schirlei sugeriu que fosse elaborada uma
141 carta compromisso para as candidatas e candidatos com as pautas reivindicativas do
142 CEDIM/SC sensibilizando e solicitando que se comprometam para a efetivação de tais
143 proposições. Raquel complementou que a idéia de Schirlei era muito boa, mas que
144 anterior a sugestão de Schirlei, era importante convidar as candidatas e candidatos a
145 participarem de uma assembleia. Schirlei falou que conversou com a pré-candidata ao
146 Senado, Ideli Salvatti sobre as pautas das plenárias do CEDIM/SC, entre elas, as
147 orientações referentes os dados estatísticos disponibilizados no site da SES e da SSP e o
148 Pacto Estadual Maria da Penha e que a candidata se propôs a conversar com o Conselho
149 para ouvir as suas principais demandas, para que se possível pudesse inserir em sua
150 campanha e posteriormente, caso eleita fosse, ter como compromisso em sua gestão.



151 Sheila pediu que Schirlei orientasse a candidata quanto à formalização do convite.
152 Dando continuidade a apresentação do relatório, Fabiana elucidou 4) As atividades
153 estratégicas, de articulação, participativas e políticas, que eram compreendidas por
154 ações que visavam: Promoção de ações políticas frente às demandas sociais emergentes;
155 Promoção de ações educativas; Promoção de ações sociais; e Plano de Comunicação.
156 Fabiana complementou que na gestão 2016-2018, o CEDIM/SC participou de
157 aproximadamente de 60 atividades, tais como: campanhas, eventos, reuniões,
158 capacitação, seminários, conferências e projetos. Sheila falou que tais atividades são
159 pertinentes ao CEDIM/SC, em especial no período das conferências. A participação das
160 conselheiras nas atividades representando o CEDIM/SC tinha por objetivo corroborar
161 para a efetivação das suas competências conforme a Lei 16.945/2016. Os convites e
162 solicitações eram levados a Plenária que então deliberava pela representante que tivesse
163 disponibilidade e aproximação com o tema que fosse abordado nas atividades
164 solicitadas. Rosaura perguntou se o CEDIM/SC tinha uma agenda de ações junto aos
165 conselhos municipais dos direitos da mulher, com o objetivo de fortalecer tais
166 conselhos. Sheila respondeu que por meio de notas técnicas, ofícios e assessorias via
167 contato telefônico, presencial por e-mail e participação em seminários, o Conselho
168 buscava orientar os municípios tanto para a criação de conselhos quanto para o
169 fortalecimento desses espaços de controle social e participação social. Myriam
170 complementou que o CEDIM/SC estabeleceu significativa parceria com a Bancada
171 Feminina da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) o que corroborou na
172 participação efetiva do Conselho nos 12 Seminários Regionais pelo Fim da Violência
173 Doméstica que ocorreram no ano de 2017 e também na elaboração da Cartilha que tinha
174 o mesmo nome dos seminários, culminando na realização das duas audiências públicas
175 para a implantação e implementação do Pacto Estadual Maria da Penha. Carmem falou
176 que o CEDIM/SC tinha como proposta a realização de webconferências para que
177 fossem prestadas assessorias aos municípios tanto para a criação de conselhos
178 municipais quanto a formação e capacitação dos conselhos já existentes. Ariane falou
179 que havia a proposta de realização de vídeos curtos para serem disponibilizados nas
180 redes sociais do CEDIM/SC. Retomando a apresentação do Relatório da Gestão 2016-



181 2018, Fabiana fez a exposição das 5) Atividades administrativas do
182 CEDIM/SC, informando que o Conselho utilizava como ferramentas de comunicação:
183 ofícios, comunicações internas, emails, contatos telefônicos e redes sociais como o
184 *Facebook* e o *Blog*. Fabiana falou que foram expedidas por tal Gestão, o total de 143
185 ofícios e 128 comunicações internas e que no ano de 2018 (contabilizando os meses de
186 janeiro a julho) foram realizados 81 contatos telefônicos e encaminhados 344 e-mails.
187 Quanto a elaboração de pareceres, manifestações e notas de apoio, os quais objetivaram
188 promover a efetivação e o cumprimento de legislações que assegurem os direitos das
189 mulheres foram emitidos seis pareceres. Fabiana apresentou também as Comissões
190 Externas as quais o CEDIM/SC possuía representação, sendo tais comissões: Base
191 Nacional Comum. Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres
192 do Campo, da Floresta e das Águas e Quilombolas; Comitê Estadual de Atenção às
193 Pessoas em Situação de Violência Doméstica, Sexual e Outras Violências; Comissão
194 Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura; Grupo de Trabalho sobre o
195 Feminicídio; Comitê Intersetorial para Elaboração do Plano Decenal; Comitê Estadual
196 de Prevenção dos Óbitos Materno, Infantil e Fetal/SC (CEPOMIF); e Reuniões da Rede
197 de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual (RAIVS). Carmem
198 falou que junto a Morgani estava participando das reuniões da RAIVS e que seria
199 importante que na próxima gestão o CEDIM/SC continuasse participando, corroborando
200 também para a divulgação da mesma. Paula informou que no dia 08 de agosto de 2018,
201 a partir das 17h, aconteceria na Esquina Feminista em Florianópolis, a Marcha pela
202 Legalização do Aborto na América Latina. Paula também entregou as todas as
203 conselheiras, dois panfletos elaborados pela Frente Catarinense de Luta pela
204 Descriminalização e Legalização do Aborto e que também seriam distribuídos na
205 referida Marcha. Morgani complementou falando da atuação e objetivos da Frente que é
206 buscar a discussão e efetivação dos serviços prestados no âmbito do aborto legal às
207 pessoas que procuram. A Marcha do dia 08 foi chamada não só pela Legalização do
208 Aborto na América Latina, devido à votação no Senado da Argentina do projeto de
209 legalização do aborto naquele país, mas também foi organizada por causa da discussão
210 da ADPF 442 que esteve em pauta em Audiência Pública chamada pela ministra Rosa



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

211 Weber do STF que ocorreu nos dias 03 e 06 de agosto. A ADPF trata somente da
212 descriminalização do aborto no Brasil. Raquel perguntou se todas as conselheiras eram
213 favoráveis a legalização do aborto. Sheila falou que o CEDIM/SC era um conselho
214 feminista e que era favorável a vida de todas as mulheres. Mariana referendou que era
215 necessário considerar todos os posicionamentos favoráveis a legalização do aborto ou
216 não. Myriam respondeu que havia um consenso no CEDIM/SC sobre importância da
217 legalização do aborto e que, portanto essa era uma pauta já pactuada. Sheila pediu
218 desculpas às novas conselheiras e referendou que a duas últimas gestões 2014-2016 e
219 2016-2018 haviam deliberado que seria favorável a legalização do aborto. Julia falou que
220 o CEDIM/SC era um espaço de discussão e debate e sugeriu que o Conselho fomentasse
221 outras oportunidades de estudo e debate sobre o tema. Juliana Ribeiro Goulart
222 perguntou qual a vertente do feminismo que se fazia mais latente no CEDIM/SC.
223 Myriam respondeu que muitas correntes feministas perpassavam o CEDIM/SC, mas a
224 convergência era pela luta de todos os movimentos de mulheres pela autonomia e
225 emancipação das mulheres nas diferentes relações sociais e econômicas. Rosaura falou
226 que ter e acolher outras ideias não significaria que todas não tivessem um
227 posicionamento e por isso a importância dos conselhos dos direitos da mulher.
228 Finalizando a apresentação do Relatório da Gestão 2016-2018, Sheila deu início à
229 apresentação dos slides sobre a legislação vigente do CEDIM/SC, a Lei Estadual nº
230 16.945, de 08 de junho de 2016. Sheila falou que a Lei 11.159, de 20 de julho de 1999
231 foi revogada e com a nova legislação o CEDIM/SC se tornou consultivo e deliberativo,
232 sendo composto paritariamente por 12 entidades da sociedade civil e 12 representações
233 governamentais. Fabiana complementou que ainda no ano de 2016 foi solicitada pela
234 Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) a regulamentação da Lei Estadual nº
235 16.945/2016, e que o CEDIM/SC então criou uma comissão para elaboração de tal
236 regulamentação, que foi aprovada em plenária no prazo solicitado e adequada conforme
237 as orientações advindas posteriormente. Todavia, o processo encontrava-se até aquele
238 período na Gerência de Decretos e Atos Administrativos (GEDAD) da SCC desde
239 março de 2018. Sheila apresentou também as competências do CEDIM/SC. Rosaura e
240 Ana Maria precisaram se retirar da Plenária e perguntaram se na 8ª Reunião Plenária



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

241 Ordinária do CEDIM/SC – ano 2018, que seria realizada em 04 de setembro as
242 conselheiras eleitas para a gestão 2018-2020 estariam empossadas. Sheila respondeu
243 que o CEDIM/SC estava aguardando a SST com as indicações de suas representantes,
244 titular e suplente. Sheila complementou que o CEDIM/SC emitiu ofício solicitando as
245 indicações no dia 07 de junho de 2018 com o prazo até o dia 28 de junho de 2018, e que
246 até a presente data não havia sido indicadas as conselheiras. Fabiana falou que tão logo
247 fossem efetuadas as indicações, se daria início a solicitação de publicação do Diário
248 Oficial do Estado. A plenária deliberou pelo encaminhamento de ofício reiterando tal
249 solicitação. Sheila falou ainda que seria necessário verificar a agenda da Secretaria da
250 SST, Romanna Remor, visto que seria ela quem daria posse as conselheiras. Schirlei
251 também precisou se retirar da Plenária e convidou a todas para participarem naquele dia,
252 às 19h, na Alesc da homenagem “concessão de título de Cidadã” a conselheira Clair
253 Castilhos. Foram apresentadas ainda as representações governamentais previstas na Lei
254 16.945/2016 e a estrutura organizacional: plenárias, secretaria executiva, mesa diretora
255 e comissões temáticas. No que concernia a mesa diretora, Sheila falou sobre a
256 importância da permanência da presidência continuar sendo exercida por uma
257 representação da sociedade civil, considerando a necessidade de disponibilidade de
258 tempo para a condução e do Conselho de sua autonomia. Sheila complementou que o
259 trabalho das conselheiras governamentais, é de suma importância para o funcionamento
260 do Conselho, visto que conhecem o funcionamento do poder executivo e as demandas
261 dos órgãos governamentais, todavia, reiterou que a condução do conselho por
262 representantes do governo, por vezes ficam fragilizadas. Sheila explicou também sobre
263 as comissões temáticas e Fabiana salientou que na 6ª reunião Plenária Ordinária do
264 CEDIM/SC – ano 2018, realizada em 03 de julho, houve a apresentação dos dados da
265 SES e da SSP e que naquela ocasião foi deliberado pela criação de um grupo de estudos
266 para que os dados publicizados fossem metodologicamente apresentados corroborando
267 em sua interpretação. Ângela perguntou se teria a possibilidade de Sheila permanecer no
268 CEDIM/SC como Presidenta, visto que realizou uma efetiva condução nos últimos
269 quatro anos. Sheila agradeceu a deferência, informando que não comporia a nova
270 gestão do CEDIM/SC como conselheira. Falou ainda que como conselheira nacional dos



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

271 direitos da mulher pretendia colaborar com a gestão 2018-2020. No que concernia a
272 Secretaria Executiva do CEDIM/SC, Sheila falou que o secretariado deveria ser
273 assumido por servidora pública, efetiva com nível superior, conforme está na legislação
274 do conselho. Sheila falou ainda que a cada quatro anos, com o término da gestão
275 estadual, ocorrem as exonerações das servidoras e servidores que ocupam cargos em
276 comissão, e que poderia haver, portanto a exoneração de Fabiana no cargo de secretária
277 executiva. A plenária sugeriu que fosse oficializada junto a SST a permanência de
278 Fabiana nessa função. Sheila expôs também a relevância da função das conselheiras e
279 também sobre a importância de participação nas plenárias ordinárias. Foi apresentado
280 ainda o cronograma das plenárias até o fim de 2018, ocorrendo nas primeiras terças-
281 feiras de cada mês. Findando a sua exposição, Sheila fez a exposição dos principais
282 avanços e desafios do CEDIM/SC na gestão 2016-2018, sendo os principais avanços: a)
283 a efetiva articulação, do CEDIM/SC junto aos conselhos municipais dos direitos da
284 mulher, por meio de acessórias, reuniões, informes e palestras junto a essas instâncias
285 municipais; b) a efetiva articulação com a Coordenadoria Estadual da Mulher,
286 fomentando a execução de projetos, conferência estadual de políticas para as mulheres e
287 demais atividades, em especial, àquelas voltadas a o enfrentamento a violência contra as
288 mulheres; c) a efetiva articulação do CEDIM/SC junto a Bancada Feminina da
289 Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), que realizaram relevantes ações,
290 entre elas: a realização de duas audiências públicas para a implantação e implementação
291 do Pacto Estadual Maria da Penha, a elaboração de uma Cartilha “Pelo Fim da
292 Violência Doméstica” que foi vinculada em todas as regiões de Santa Catarina, por
293 meio de Seminários e demais atividades; d) participação no Fórum Estadual de
294 Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo, da Floresta, das Águas e
295 Quilombolas, fomentando a implantação e implementação do Projeto Campanha
296 Permanente Unidades Móveis: Mulheres e Cidadania. E os principais desafios: a)
297 recursos humanos (estagiária (o) ou terceirizada (o)) para dar suporte a estrutura da
298 secretaria executiva do Conselho, considerando a demanda significativa de atividades
299 atribuídas à Secretária Executiva, que desenvolve desde ações administrativas, entre
300 elas: protocolo e arquivamento de documentações, impressão e digitalização de



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

301 materiais para as atividades e demais encaminhamentos, até procedimentos técnicos,
302 como elaboração de notas técnicas, redação de documentos, elaboração de pareceres,
303 minutas de regulamentação, entre outras; b) espaço físico adequado considerando que os
304 CEDIM/SC possuem arquivos importantes que devem ser armazenados de forma
305 correta garantindo a conservação e resguardando a historicidade desses arquivos;
306 considerando ainda as questões de salubridade, pois a sala do CEDIM/SC não possui
307 condições adequadas (iluminação, materiais permanentes em bom estado, etc. que
308 permitam o desenvolvimento do trabalho sem implicações a saúde; c) elaboração e
309 implementação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres; d) assinatura pelo
310 executivo estadual, do Termo de Compromisso e implementação do Pacto Estadual
311 Maria da Penha; e e) criação do decreto que regulamenta a Lei 16.945, de 08 de junho
312 de 2016. Em continuidade a ordem do dia, Sheila falou que a Coordenadora Estadual da
313 Mulher, Suelen Dadam não estava presente na Plenária, para informar sobre o **Projeto**
314 **Campanha Permanente Unidades Móveis: Mulheres e Cidadania**. Fabiana falou que
315 no dia 15 de agosto de 2018 e no dia 11 de setembro de 2018, aconteceriam duas
316 reuniões convocadas pela Coordenadoria Estadual da Mulher, onde integrantes do
317 Fórum de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres do Campo, das Florestas, das
318 Águas, e Quilombolas para respectivamente prepararem junto aos municípios da Grande
319 Florianópolis das atividades das unidades móveis e também para a elaboração do
320 cronograma do referido projeto em 2019. Em seguida, Sheila pedia Fabiana que
321 expusesse os convites recebidos pelo CEDIM/SC. Fabiana falou que a Sra. Ivone,
322 Conselheira Municipal dos Direitos da Mulher de São José por meio de contato
323 telefônico convidou o CEDIM/SC para participar da plenária daquele Conselho no dia
324 14 de agosto de 2018, às 8h, na Casa dos Conselhos de São José. Fabiana informou que
325 a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher (CPPMULHER) de
326 Florianópolis, por meio do Ofício OE 45/GAPRE/CPPMULHER/2018 convidou o
327 CEDIM/SC para compor a Câmara Técnica Municipal para corroborar na finalização do
328 II Plano Municipal de Políticas para as Mulheres e que, portanto seria necessário indicar
329 duas representantes, titular e suplente. Sheila solicitou a Fabiana que informasse a
330 CPPMULHER sobre a transição da gestão do Conselho e que tão logo ocorresse a



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

331 posse, o CEDIM/SC encaminharia as indicações. Fabiana falou que o CEDIM/SC
332 também foi convidado a participar no dia 27 de agosto de 2018 da Mesa Redonda –
333 Agosto Lilás: debatendo as relações entre parceiros íntimos no envelhecimento. A mesa
334 redonda aconteceria no Auditório da Faculdade Municipal de Palhoça. O Convite foi
335 emitido pelas Coordenadorias Estaduais do Idoso e da Mulher, por meio do Ofício
336 Circular COOEI/SST 003/2018. Outro convite também emitido por aquelas
337 Coordenadorias foi para participar da Reunião de Preparação das Atividades Voltadas à
338 Saúde da Mulher Idosa dentro da programação do Mês Outubro Rosa. A reunião de
339 preparação seria realizada no dia 10 de agosto de 2018, às 14h, na Sala de Reuniões da
340 SST. Fabiana reiterou o convite já feito por Schirlei para participarem naquele dia, às
341 19h, na Alesc da homenagem “concessão de título de Cidadã” a conselheira Clair
342 Castilhos. Fabiana expôs também o convite feito pela Vereadora do município de
343 Tijucas, Fernanda Melo Bayer para que o CEDIM/SC participasse no dia 09 de agosto
344 de 2018, às 17h no Anfiteatro Leda Regina de Souza do 1ª Seminário Municipal pelo
345 Fim da Violência Doméstica contra a Mulher. Quanto a ordem do dia sobre as
346 **Denúncias**, Sheila falou que o Conselho não recebeu denúncias no mês de julho.
347 **Informes Gerais**: Edna fez a leitura de uma minuta de manifestosobre o Projeto de Lei
348 que Institui o Tratamento Favorecido e Simplificado para a Agroindústria da
349 Agricultura e Pesca Familiar no Estado de Santa Catarina, constituídos sob a forma de
350 pessoa jurídica e pediu que o CEDIM/SC fizesse parte do manifesto. Sheila pediu que
351 Edna formalizasse tal solicitação e que o CEDIM/SC manifestasse tal apoio. Morgani
352 informou que a Frente Catarinense pela Legalização do Aborto, realizaria o I Encontro
353 de Pesquisas e Ativismo sobre o Aborto (Região Sul), que seria realizado nos dias 17,
354 18 e 19 de agosto de 2018 em Florianópolis. O objetivo do encontro seria a construção é
355 o fortalecimento coletivo dos ativismos e pesquisas sobre o tema na Região Sul, por
356 meio das trocas e do reconhecimento das demandas locais e estaduais. Nada mais
357 havendo a tratar, Sheila agradeceu a participação de todas e deu por encerrada a 7ª
358 Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC- Ano 2018. Eu, Fabiana de Souza, Secretária
359 Executiva do CEDIM/SC, lavrei e Sheila, Presidenta do CEDIM/SC assinamos a
360 presente Ata.